

Trabalhadores “mal-definidos”: o processo de definição e indefinição de modos de sobrevivência ao longo das primeiras décadas do século XX (1900 – 1930).

O período compreendido entre as últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX, apontam para uma nova organização das relações de trabalho no Brasil. O fim do sistema escravista impulsiona o surgimento de uma massa de trabalhadores livres, que aos poucos, foram inseridos junto as novas dinâmicas produtivas gestadas no início do século. O incipiente processo de industrialização deu um novo sentido para diversas práticas de trabalho, realizadas no campo e na cidade, qualificando e definindo o que seria considerado profissão ou ofício. A profissão desempenhada, ou a falta dela, significava uma posição diferenciada dentro da heterogeneidade de pobres urbanos. Pensando a divisão social do trabalho, temos que muitos trabalhadores, por diversos motivos, não estavam inseridos dentro da atividade industrial gestada. Situavam-se junto a categoria de “mal-definidos”, que compreendia uma expressiva massa de trabalhadores com práticas de trabalho diversas e indefinidas. Apesar de considerados indefinidos pelo discurso oficial, temos que estes trabalhadores, em sua maioria, desempenhavam funções indispensáveis para o funcionamento do cotidiano cidadão, contribuindo para consolidação do processo industrial. Tomamos como objetivo compreender quais atividades, em sua maioria, eram entendidas oficialmente como “mal-definidas”, tendo como recorte a cidade de Fortaleza. Propomos uma análise comparativa entre as profissões consideradas definidas e aquelas tidas como indefinidas. Dentro de um conjunto de fontes disponíveis para análise, tomamos como ponto de partida a análise profissões existentes junto ao Recenseamento Geral do Brasil, produzido em 1920. A partir desta fonte, é possível problematizar as conceituações laborais oficiais construídas no período. De modo comparativo, faremos uso dos Almanques Literários, Administrativos e Estatísticos produzidos no Estado do Ceará, entre os anos de 1889 e 1930. Estas fontes apontam para o processo de expansão industrial ocorrido em dimensão local, permitindo refletir sobre aproximações e distanciamentos quanto este processo em

sua dimensão nacional. De modo a perceber como estes sujeitos encontram-se inseridos dentro destas dinâmicas de ocupação e modos de sobrevivência, faremos uso de jornais e processos criminais do período, produzidos dentro da realidade social de Fortaleza. A partir da experiência social destes sujeitos, por meio de uma perspectiva vista de baixo, objetivamos contrapor as denominações e classificações impostas de modo oficial, permitindo, assim, visões contrapostas sobre o assunto. Nossa investigação situa-se dentro das discussões pertinentes a História Social do Trabalho, onde fazemos uso de categorias conceituais de trabalho, industrialização e pobreza, à luz de discussões propostas por E.P. Thompson e Eric Hobsbawm. Esta comunicação integra o conjunto de atividades de pesquisa desenvolvidas junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal do Ceará, com pesquisa em andamento, com leitura de fontes e bibliografia pertinente.